

Os acordos internacionais assinados pelo Brasil e as políticas internas em face da capacidade de defesa nacional

*Renato de Sousa

**Bruno de Moraes Silva

***Thyago Moacyr Pinto da Silva

Introdução

A disciplina das Relações Internacionais (RI) surgiu após a Primeira Grande Guerra. Essa disciplina tinha como premissa inicial estudar como poderiam se evitar outras guerras, com ênfase nas expressões política e militar do Poder Nacional (PN). Atualmente, expandiu-se para as demais expressões do PN, como a econômica e a psicossocial.

Particularmente, o paradigma realista das RI surgiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) com Morgenthau. Em sua obra *A política entre as nações*, o autor aborda de maneira pragmática que a interação entre os países é realizada a fim de satisfazer seus próprios interesses, convergindo com a sensação de insegurança do período. Além desse fator, a inexistência de um poder superior implicou um Sistema Internacional (SI) sem hierarquia entre as nações, ou seja, anárquico.

Como princípio básico, para o realismo, o poder é o elemento regulador que assegura um mínimo de ordem no seio da natureza substancialmente anárquica do Sistema Internacional, e que tem como um fim a sobrevivência e perpetuação dos próprios Estados. Segundo essa corrente, a ambição de poder é inerente ao homem, dado o sentimento de insegurança que

existe no mundo. Como não existe um poder superior, os Estados devem velar pela Segurança Internacional (Morgenthau, 1948).

Nesse sentido, as RI possibilitam os acordos internacionais entre os Estados soberanos. Parte desses acordos é voltada para limitar o crescimento da proliferação armamentista, potencializada ao longo do período da Guerra Fria. Essas tratativas, em sua grande maioria, são elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A ONU tem suas origens nas Conferências de Paz de Yalta e Potsdam, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), às quais resultaram no estabelecimento de novas áreas de influência por parte das principais potências vencedoras do conflito (Estados Unidos da América e União Soviética). Ademais, houve a manifestação da construção de nova ordem mundial e a criação das Nações Unidas, bem como os seus diferentes órgãos de funcionamento. Franklin Roosevelt e Truman, presidentes americanos à época, estiveram presentes, respectivamente, em Yalta e Potsdam. Joseph Stalin, governante soviético, esteve presente em

* Maj Inf (AMAN/2007, EsAO/2017). Especialista em Operações na Selva (CIGS/2008). Foi instrutor do CIGS (2010-2011). Atualmente, é aluno na ECEME.

** Maj Inf (AMAN/2007, EsAO/2017). Especialista em Operações na Selva (CIGS/2009), foi instrutor da AMAN (2013-2016) e assessor militar junto à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército da República do Suriname (2019-2020). Atualmente, é aluno na ECEME.

***Maj Inf (AMAN/2007, EsAO/2018). Especialista em Operações na Selva (CIGS/2008) e em Operações Especiais (COPesp/2011-2015). Atualmente, é aluno da ECEME.

ambas as conferências, das quais resultaram acordos internacionais, projetando a bipolaridade da competição hegemônica que caracterizou o período da Guerra Fria.

Geralmente, os acordos são acolhidos pelos países que possuem limitadas capacidades de defesa e poder militar, com intuito de equilibrar a balança de poder mundial. Tal fato é fundamentado pelo pensamento idealista kantiano, pelo qual a paz não é possível sem a existência de uma organização internacional, e se busca a paz perpétua por meio da cooperação entre as nações para superar a anarquia no sistema internacional por meio da organização internacional, a exemplo da Carta de São Francisco. Desse modo, as nações com menor poderio bélico fortalecem sua influência no cenário internacional, estabelecendo união de forças voltadas para o equilíbrio de poder e cooperação.

No que se refere às grandes potências militares, percentual considerável não adere aos referidos acordos internacionais. Essa atitude se baseia no pensamento realista das RI, pelo qual se considera uma anarquia no sistema internacional, em que os países agem buscando satisfazer seus próprios interesses em detrimento dos demais, materializados pelos Estados Unidos da América (EUA), Rússia, China, Índia, Reino Unido e outros. Esses Estados são os que atualmente detêm os maiores arsenais tecnológicos e militares.

Nesse contexto, a geopolítica atual remete ao retorno do pensamento da antiga geopolítica, com alusão ao pensamento expansionista por parte de alguns Estados e seus objetivos políticos e estratégicos. Esse expansionismo tem por base distintas origens, materializando-se por questões étnicas, por recursos estratégicos e, sobretudo, por posição estratégica, como no Indo-Pacífico, que concentra grandes esforços em virtude da presença de *hotspots*, além do expansionismo russo para terras ucranianas e do expansionismo venezuelano para terras pertencentes à antiga Guiana Inglesa.

Nesse sentido, o retorno da antiga geopolítica suscita que o Brasil, país detentor de uma das maiores reservas de capital natural do mundo, deva permanecer em condições de dissuadir e combater possíveis ameaças que possam colocar em risco a soberania do seu território. Nesse contexto, o território nacional é

constantemente alvo da cobiça internacional, como pode ser observado, por mais de uma vez, por essas falas dos seguintes chefes de Estado:

– se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas (Margareth Thatcher – primeira-ministra da Inglaterra, 1983).

– ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós (Al Gore – vice-presidente dos EUA, 1989).

– o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia (François Mitterrand – presidente da França, 1989).

– o Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes (Mikhail Gorbachev, presidente da URSS, 1992).

Os referidos textos retirados de falas dos chefes de Estado devem ser levados em consideração, uma vez que, segundo Clausewitz: “A guerra é a continuação da política por outros meios”. Assim sendo, o conflito bélico é conduzido por militares, mas é iniciado por políticos civis, em sua grande maioria.

Atualmente, a securitização do tema preservação ambiental coloca o Brasil e o desenvolvimento da Amazônia na pauta da agenda internacional e ameaça a soberania territorial brasileira com o discurso de proteção da floresta. Esse tema é estimulado em debates nas universidades, como em Harvard pelo professor de Relações Internacionais da Universidade de Harvard Stephen M. Walt, em um artigo publicado na revista *online Foreign Policy*, ao questionar:

se é ou não possível justificar com regras do Direito Internacional ataques e sanções ao Brasil com base no argumento de que a destruição da Amazônia é um problema de todos (BBC News Brasil, 2019).

Segundo o jurista Rui Barbosa, “o Exército Brasileiro pode passar 100 anos sem ser usado, mas não pode

passar um minuto sem estar preparado”. A Força Terrestre, como instituição de Estado e inserida nas Forças Armadas, tem por missão constitucional, conforme o artigo 142 da Constituição Federal:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e **destinam-se à defesa da Pátria**, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (Brasil, 1988, grifo nosso).

Nesse contexto, pode-se afirmar que, para ter condições de defender o território nacional, pressupõe-se o preparo anterior para fazer frente às possíveis agressões. Essa condição é uma premissa básica das Forças Armadas de qualquer nação.

A seguir, serão analisados os acordos internacionais sancionados pelo Brasil à luz das relações internacionais e as políticas internas que limitam a capacidade de defesa do país, destacando a geopolítica atual e concluindo sobre a soberania territorial brasileira.

Desenvolvimento

Os acordos internacionais sancionados pelo Brasil à luz das relações internacionais que limitam a capacidade de defesa do país

O Estado brasileiro aderiu ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) no ano de 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso, tendo a adesão sido sancionada pelo Congresso Nacional. Sob o viés idealista das relações internacionais, essa medida impede que o Brasil use esse tipo de energia para fins militares, como a produção de armamentos de destruição em massa, a exemplo da bomba atômica. Diferentemente do Brasil, algumas das grandes potências que detêm essa tecnologia não renunciaram ao uso desse artifício para fins militares e podem exercer pressão, por meio da dissuasão nuclear, contra os países que não possuem armamento. Assim sendo, o acordo de não proliferação nuclear limita sobremaneira a capacidade

de dissuasão e de defesa do território nacional frente a uma grande potência que detenha esse recurso.

Cabe destacar que, no ano de 1991, após a dissolução da União Soviética, a Ucrânia aderiu ao TNP e entregou suas armas nucleares para a Rússia sob a promessa de que jamais seria invadida pela Federação Russa. Esse acordo foi rompido pelo Kremlin em 2014 na Crimeia e na atual Guerra da Rússia-Ucrânia. Acredita-se que, se a Ucrânia tivesse mantido suas armas nucleares, essas invasões russas não teriam ocorrido, conforme disse o presidente da Ucrânia, Zelensky, em um discurso: “A Ucrânia recebeu garantias de segurança após abandonar o terceiro maior arsenal nuclear do mundo. Não temos mais essas armas, mas também não temos segurança”.

A dissuasão, segundo a doutrina militar de defesa do Exército Brasileiro, constitui-se em um dos modelos de emprego da estratégia militar que “se caracteriza pela manutenção de forças militares suficientemente poderosas e prontas para emprego imediato, capazes de desencorajar qualquer agressão militar”, evidenciando o uso do *hard power* nas relações entre as nações. Há, ainda, uma condicionante de que essa postura seja reconhecida internacionalmente. Conforme a Concepção Estratégica do Exército de 2019:

No contexto geral, o Brasil não é o Estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e, mesmo nesse caso, suas perdas cobrariam um preço impagável.

A dissuasão é o primeiro combate, evitando crises e permitindo que a sociedade brasileira resista a pressões oriundas de qualquer ator.

No que se refere ao uso de minas terrestres, o Brasil assinou o Tratado de Ottawa em 1997, influenciado pelo pensamento kantiano das relações internacionais. Essa medida impede as Forças Armadas Brasileiras de utilizar minas terrestres antipessoal em conflito armado. Esse aparato militar geralmente é usado como obstáculo para deter o avanço de possíveis tropas invasoras ao território, a exemplo das munições de artilharia FASCAM,

ADAM e RAAMS, que dispersam minas terrestres. Dessa maneira, a adesão brasileira ao Tratado de Ottawa limita a capacidade de preparação do terreno para defesa, favorecendo o avanço de um possível agressor que detenha essa capacidade de projeção sobre o território brasileiro. Destaca-se que, atualmente, na guerra entre Rússia e Ucrânia, esse recurso está sendo amplamente utilizado para fins de manutenção do terreno conquistado por ambos os contendores. Segundo o *Manual de Tática de Artilharia de Campanha* do Exército Português:

A artilharia pode também lançar campos de minas dispersáveis anticarro e/ou antipessoal que permitem reforçar a ação das minas convencionais, criando, de forma rápida e precisa, campos de minas de interdição ou fechando brechas e passagens em campos de minas anteriormente lançados. Uma vez caídas no solo, armam-se a si próprias magneticamente, possuindo dispositivos antilevantamento que dificultam a sua neutralização. A sua ativação mantém-se durante um prazo de tempo predeterminado, após o que se autodestroem.

As munições FASCAM (*Family of Scatterable Mines*) são um exemplo desse tipo de munição e dividem-se em duas classes, consoante a sua finalidade seja para estabelecer campos de minas antipessoal e campos de minas anticarro.

A munição ADAM (*Area Denial Artillery Munitions*) utiliza minas dispersáveis antipessoal, e é usada para interditar o acesso de tropas apeadas a uma determinada área.

A munição RAAMS (*Remote Anti-Armor Mine System*) é usada para estabelecer campos de minas anticarro.

Referente ao alcance dos mísseis táticos de cruzeiro, o Brasil aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), que foi criado em abril de 1987 por Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Grã-Bretanha e Estados Unidos. O MTCR surgiu a fim de conter a disseminação dos sistemas de armas capazes de transportar armas nucleares, especificamente os sistemas de carga mínima de 500kg e alcance superior a 300km (Forças Terrestres, 2019). Atualmente, a Avi-

bras, que possui capacidade de produzir mísseis táticos de cruzeiro (MTC) que tenham carga superiores a 500kg e alcance superior a 300km, está impedida dessa produção devido ao referido acordo.

Dessa forma, o MTCR limita o alcance dos mísseis brasileiros, reduzindo a capacidade de defesa sobre o território nacional (TN). Destaca-se, para fins de comparação, que os EUA possuem o míssil tático de cruzeiro com alcance de 1.600km e que fizeram uso desse recurso no Afeganistão e no Iraque (Poder Naval, 2021). Recentemente, o governo federal decidiu em favor da abertura de uma das principais indústrias do setor de defesa, a Avibras, ao capital estrangeiro.



Figura 1 – Sistema *Precision Strike Missile* (PrSM) do EUA
Fonte: Warfareblog, 2024

No que tange a acordos internacionais para investimento na Amazônia, há um acordo do governo brasileiro com o governo norueguês. O referido acordo prevê o repasse de recursos por parte do país europeu ao Brasil por meio do Fundo Amazônia (Agência Brasil, 2023). Esse recurso é destinado ao enfrentamento das queimadas e à redução das emissões de CO² na Amazônia, alcançando um montante de 50 milhões de dólares ao ano. Contraditoriamente, o governo norueguês é acionista majoritário de duas grandes mineradoras na região: Albrás, que produz alumínio a partir da

alumina (óxido de alumínio), e Alunorte, que realiza o processo de obtenção da alumina a partir da bauxita (O Globo, 2017).

Destaca-se que a maioria dos países que pregam que o Brasil deva preservar a Amazônia na sua integralidade têm interesses na exploração das riquezas locais, como evidenciado pela Noruega. Assim sendo, o acordo entre Brasil e Noruega estimula a preservação integral por parte do Brasil e reduz o alcance de um dos objetivos fundamentais da nação – o de integração nacional –, limitando o desenvolvimento de estradas e localidades na Amazônia, e consequentemente, limitando capacidade de deslocamento para fins de defesa do território e povoamento dos anecúmenos pela população brasileira. Conforme Therezinha de Castro “O Brasil deve integrar a Amazônia para não entregar” por meio de uma vivificação da região.

Conclui-se, parcialmente, que os acordos internacionais sancionados pelo Brasil à luz das relações internacionais limitam a capacidade de defesa do país e apontam para dificuldades da capacidade de manutenção da integridade territorial. Tal fato é potencializado frente às demais potências que não aderem a esses acordos, o que apresenta desequilíbrio em possíveis conflitos, culminando com óbices à soberania brasileira. Destaca-se que o pensamento idealista das RI, que busca a paz a qualquer custo, foi o princípio seguido por Chamberlain nas negociações sem sucesso com Hitler antes de eclodir a Segunda Guerra Mundial.

Algumas políticas internas que limitam a capacidade de defesa do país

No que se refere à construção de novas vias e ampliação da infraestrutura de transporte no Brasil, há pouco investimento por parte do poder público. O Brasil possui uma matriz de transportes desequilibrada. Há o predomínio do modal rodoviário, insuficiência de ferrovias e pouca infraestrutura nas hidrovias, fato materializado pelas poucas vias terrestres que ligam as principais estradas do Brasil à Calha Norte do rio Amazonas, a exemplo da manutenção precária da

BR-319, que liga a BR-364 ao Porto de Careiro/AM (O Globo, 2023).



Figura 2 – Distribuição dos modais de transporte no Brasil
Fonte: Brasil, 2018

A Estratégia Nacional de Defesa, em grande parte, quando trata do desenvolvimento e integração da Amazônia ao país, depara-se com a ideologia de manutenção da Amazônia intacta, como lugar exclusivo de preservação (Unicamp, 2021). Essa agenda é corroborada pela comunidade internacional e observada por parte de algumas decisões judiciais como: “a Justiça Federal do Acre anulou um edital para a construção de uma rodovia de 90 quilômetros ligando Cruzeiro do Sul, no Acre, a Pucallpa, no Peru” (Clima Info, 2023); e ainda, “O Superior Tribunal Federal suspendeu a ação que julga a legalidade da construção da Ferrogrão, nova ferrovia que ligará Sinop, no norte do Mato Grosso, a Miritituba, no Pará” (O Globo, 2023).

Projeto Ferrovia Ferrogrão EF-170

933 km de trilhos seguirão traçado da BR-163 e vão ampliar escoamento de grãos na Região Norte



Figura 3 – Ferrovia Ferrogrão
Fonte: O Globo, 2023

Em contrapartida, é possível afirmar que as grandes potências mundiais têm seu território interligado com vasta malha multimodal, como os Estados Unidos da América (EUA), União Europeia (UE), Rússia e China. Isso facilita a alocação de *hubs* logísticos e contribui para a mobilidade estratégica por meio do deslocamento de tropas aptas a atuar em qualquer parte de seus territórios, concorrendo para uma situação de prontidão e de logística, desde a Guerra Franco-Prussiana (1870), quando os trens foram inseridos na logística de combate.

Dessa maneira, o baixo investimento em manutenção das estradas e na ampliação dos demais modais de transportes, em especial o ferroviário, que interligam o Centro-Sul à Amazônia, dificulta o deslocamento estratégico das tropas de emprego estratégico localizadas em outras áreas geográficas do país. Uma vez que a maioria das tropas médias e pesadas se localiza sobretudo no Centro-Sul, o deslocamento para a região amazônica demandaria um grande esforço para sua mobilização em caso de necessidade de preservação da soberania.

No que concerne à interferência dos demais Poderes da República nas políticas de Estado voltadas para a defesa, o Poder Judiciário vetou a aquisição de materiais de emprego militar no final do ano de 2022. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) suspendeu a compra de 98 blindados italianos pelo Exército Brasileiro e, no despacho, um desembargador federal ainda afirmou:

Ao que consta a todos, a única guerra que se está a enfrentar nesse momento é a travada contra a covid-19, que permanece e recrudesce no atual momento – e isso também é fato público e notório, a exigir mais investimentos em lugar de cortes, exatamente na área da saúde (O Globo, 2022).

Em contrapartida, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), e autorizou a continuidade do processo de compra de veículos blindados italianos pelo Exército Brasileiro.

Destaca-se que a aquisição desses meios pelo Estado brasileiro aponta para um alinhamento com o momen-

to atual da geopolítica, que demonstra que cresce a utilização desse meio nas guerras atuais, como na guerra entre Rússia e Ucrânia. Ademais, houve o recente deslocamento de meios militares, em pessoal e material, do Comando Militar do Sul (CMS) para o Comando Militar da Amazônia (CMA), a fim de reforçar a presença militar do Estado brasileiro na fronteira norte em face da crise envolvendo Venezuela e Guiana na questão da soberania sobre a região de Essequibo.

Assim sendo, decisões de outros órgãos governamentais da República em projetos estratégicos de defesa podem prejudicar o preparo das Forças Armadas e podem impactar na capacidade de resposta imediata de defesa a uma possível agressão, evidenciando que o assunto de defesa não é exclusivo de militares. Essas decisões podem passar a falsa percepção, por parte da opinião pública, de que as Forças Armadas negligenciam seu preparo e emprego.



Figura 4 – Região contestada pelo governo venezuelano na Guiana
Fonte: Isto É, 2024



Figura 5 – Deslocamento dos meios blindados para a Calha Norte
Fonte: EB, 2024

Referente à demarcação de terras indígenas (TI), os governos brasileiros têm realizado demarcações de terras indígenas nas fronteiras. Conforme a Lei 14.701, de 20 de outubro de 2023,

cabe às comunidades indígenas, mediante suas próprias formas de tomada de decisão e solução de divergências, escolher a forma de uso e ocupação de suas terras. (...) em território demarcado e protegido para a posse permanente e o usufruto exclusivo dos povos indígenas. Essas terras são reconhecidas como patrimônio da União e são destinadas à preservação de sua cultura, tradições, recursos naturais e formas de organização social, além de assegurar a reprodução física e cultural dessas comunidades (Brasil, 2023).

Nesse sentido, a demarcação de terras indígenas nas fronteiras representa dificuldades para defesa do território. Essas regiões têm por premissa a preservação da cultura, tradições, recursos naturais e formas de organização social dos indígenas, onde não indígenas ficam proibidos de se instalarem, residirem e impulsionarem o desenvolvimento dessas regiões, a exemplo da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, na fronteira com a Venezuela, região com tamanho equivalente ao Estado de Portugal, um grande vazio demográfico e com a presença mínima de tropas do aparato estatal.

Dessa maneira, terras indígenas demarcadas na fronteira tornam-se regiões que, pela sua destinação, não favorecem o desenvolvimento de infraestruturas, como a construção de estradas que permitam carregamento de meios militares para esses locais, o que as tornam vulneráveis para a defesa por serem grandes vazios demográficos. E grandes extensões de terras indígenas estão localizadas na Calha Norte do rio Amazonas:

a maior parte do território da Amazônia ainda permanece intacto, especialmente ao norte da calha do Amazonas, enquanto as franjas meridionais são progressivamente incorporadas ao espaço nacional, acompanhando as diferentes etapas do avanço da fronteira agrícola capitalizada, com caracteres bem distintos (Théry, 2005).

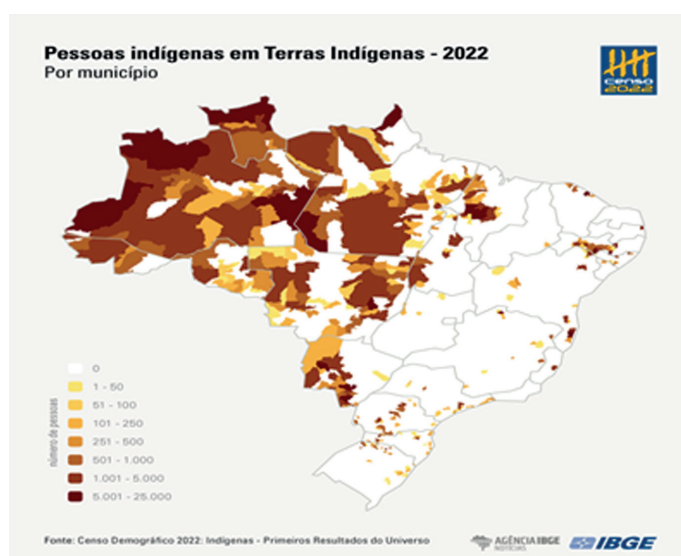


Figura 6 – Terras indígenas demarcadas no Brasil
Fonte: Agência de Notícia do IBGE, 2023

Destaca-se que a mesma Lei 14.701 estabelece limites jurisdicionais aos ocupantes das áreas demarcadas, de modo que não se sobreponham aos interesses nacionais, como as políticas de defesa para manutenção da soberania nacional, conforme trecho:

A instalação de bases, unidades e postos militares e demais intervenções militares, a expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas de cunho estratégico serão implementados independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou ao órgão indigenista federal competente.

Assim, conforme essa lei, “fica assegurada a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em área indígena, no âmbito de suas atribuições”.

No que se refere ao controle dos sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (SARP) utilizados pelas Forças Armadas brasileiras, o Brasil procede conforme a instrução sobre aeronaves não tripuladas e o acesso ao espaço aéreo brasileiro da Força Aérea Brasileira, que não autoriza a utilização de SARP autônomos para o cumprimento de missões de voo. O Brasil, por essa regulamentação, fica limitado a possuir SARP ou drones autômatos.

Cabe salientar que, na guerra entre Rússia e Ucrânia, esses SARP autônomos são amplamente utilizados,

uma vez que os automáticos podem ser interceptados mais facilmente pela guerra eletrônica. Assim, a limitação do uso de SARP automático restringe o Brasil de lutar em condições desiguais com um possível invasor que possua a referida tecnologia autônoma, o que diminui sobremaneira a capacidade de defesa do território em caso de conflito com grande potência, conforme Brasil, 2023:

As aeronaves autônomas não serão objeto de regulamentação e seu voo não será autorizado. Sendo assim, somente as aeronaves pilotadas remotamente estarão sujeitas à autorização de utilização do espaço aéreo brasileiro, com a devida atribuição de responsabilidades do piloto remoto em comando (Brasil, 2023).



Figura 7 – SARP Nauru
Fonte: EB, 2018

No que concerne ao investimento em defesa no Brasil, o Congresso Nacional brasileiro aprova a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa lei define o orçamento que será destinado às Forças Armadas para seu investimento e custeio destinado à defesa. Atualmente esse valor é de cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), diferentemente dos países que compõem a OTAN, onde o valor destinado à defesa é de cerca de 2% do PIB, além de países emergentes pertencentes ao grupo dos BRICS, como a República da Índia, onde o valor destinado a defesa é de cerca de 2,5% do PIB.

Assim, o orçamento de defesa brasileiro apresenta uma defasagem em relação aos países da OTAN e em relação aos países pertencentes ao fórum dos BRICS, o que evidencia menor investimento em capacidades

militares para defesa do território nacional. Destaca-se que houve um crescimento de 9% na média global de investimentos em defesa, denotando que o Estado brasileiro está na contramão do pensamento das grandes potências.

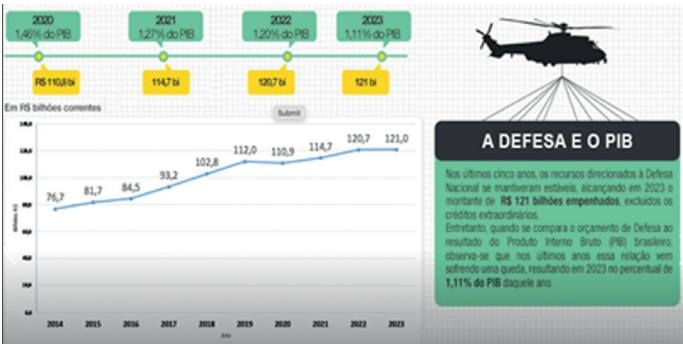


Figura 8 – Orçamento de defesa
Fonte: gov.com, 2023

Segundo a revista *The Guardian*, os gastos globais com defesa aumentaram 9%. A cifra de US\$2,2 trilhões significa um recorde para o ano de 2023, impulsionados pelo aumento das tensões geopolíticas causadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) acrescentou que espera que os orçamentos aumentem ainda mais em 2024, à medida que a guerra continua em um terceiro ano, e isso ainda é potencializado pela incerteza internacional em virtude da guerra entre Israel e Hamas, no Oriente Médio.

Os gastos militares em defesa, considerando o PIB de cada país, foram alvos de grandes investimentos no ano de 2022. Na liderança global, encontram-se os Estados Unidos da América, com um montante que ultrapassa 800 bilhões de dólares. A China, segundo maior investidor no setor, atingiu cerca de 300 bilhões de dólares. Com isso, o governo chinês aumentou seus gastos em defesa pelo 28º ano consecutivo, o maior período ininterrupto de crescimento dos gastos militares por um país. A Rússia, por sua vez, potencializou seus investimentos no setor de defesa em 9%, em montante da ordem dos 80 bilhões de dólares, concorrendo para que se configure como terceira maior nação com gastos no setor, seguida pela Índia.

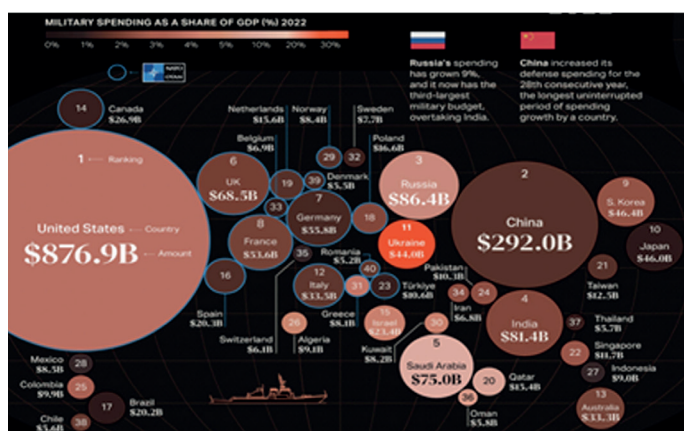


Figura 9 – Os maiores orçamentos militares do mundo
Fonte: Forças Terrestres, 2023

Infere-se, parcialmente, que as políticas internas que limitam a capacidade de defesa do país demonstram que grande parte dos representantes dos Poderes da República acreditam que o assunto “defesa” é tema exclusivo de militares e deve haver plena cooperação para a defesa entre os países. Esses representantes ainda excluem a possibilidade de conflito, o que evidencia o pensamento idealista kantiano.

Conclusão

Os acordos internacionais sancionados pelo Brasil e as políticas internas que limitam a capacidade de defesa do país podem comprometer o emprego das Forças Armadas quanto à defesa da soberania brasileira. Segundo Donald Rumsfeld, “Você vai para a guerra com o Exército que possui. Eles não são o Exército que você deseja ou deseja ter mais tarde”, o que evidencia que a capacidade de defesa deve permanecer em constante prontidão.

Em síntese, no Brasil, predomina o pensamento idealista kantiano de cooperação, ao passo que, nas principais potências, prevalece o pensamento realista, o que revela disparidade na preparação das Forças Armadas brasileiras para possíveis empregos.

Conclui-se que a soberania territorial brasileira tem apresentado possível vulnerabilidade em caso de conflito com alguma potência não signatária dos acordos

estabelecidos, devido à vantagem que o uso de determinadas tecnologias pode favorecer a um eventual invasor, como a posse de armas de destruição em massa, seja para impor pressão, seja para agressão. Assim, deve-se levar em conta a possibilidade de o agressor conquistar parte do terreno e utilizar minas terrestres para mantê-lo, bem como ter acesso à tecnologia de SARP autônomos e, ainda, não ser adepto ao MTCR e possuir mísseis táticos de cruzeiro que superem os 300km e podem transportar mais de 500kg.

Infere-se, ainda, que a soberania territorial brasileira, para ser defendida, necessita que os Poderes da República compreendam que a defesa se trata de *objetivo de Estado*, e que esse assunto não é exclusivo de militares. Assim, com envolvimento de toda a nação, a atuação sinérgica dos Poderes da República mitigará possíveis óbices na aquisição de meios militares e, conseqüentemente, no preparo das tropas.

Pode-se concluir, também, que, para se assegurar a defesa do território, fazem-se necessárias a construção e a reparação de vias de transporte para a realização de movimento das tropas em nosso território, permitindo mobilidade estratégica.

E, ainda, os vazios demográficos denotam grande vulnerabilidade na fronteira brasileira, pelas características da lei de demarcação das terras indígenas, o que revela óbices a serem superados para mobilizar as tropas para os grandes vazios demográficos nas fronteiras.

Por fim, importante lembrar Clausewitz: “A Guerra é a continuação da política por outros meios”. Dadas as alternâncias de poder e interesses dos políticos das diversas nações, associados ao possível interesse internacional na maior reserva de capital natural do mundo pertencente ao Brasil, a nação brasileira deve permanecer vigilante e preparada para defender sua soberania. 🌐

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Noruega anuncia mais R\$ 245 milhões para o Fundo Amazônia.** 11 de dezembro de 2023. Disponível em: < Noruega anuncia mais R\$ 245 milhões para o Fundo Amazônia | Agência Brasil (ebc.com.br) >. Acesso em: jan 2024

AGÊNCIA BRASIL. **Moraes suspende por 6 meses ação que questiona a Ferrogrão.** 20 de agosto de 2023. Disponível em: < Moraes suspende por 6 meses ação que questiona a Ferrogrão | Agência Brasil (ebc.com.br) >. Acesso em: jan 2024.

BRASIL. ICA 100-40: **Aeronaves não tripuladas e o acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro.** Brasília: 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Concepção Estratégica do Exército.** Brasília, DF, atualizada em 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023.** Dispõe sobre a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas. Casa Civil Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF.

BBC NEWS BRASIL. **“Professor de Harvard considera cenário polêmico: 'Quem vai invadir o Brasil para salvar a Amazônia?’** 6 de agosto de 2019. Disponível em: <Professor de Harvard considera cenário polêmico: 'Quem vai invadir o Brasil para salvar a Amazônia?’ – BBC News Brasil>. Acesso em: jan 2024.

CLIMAINFO. **Justiça suspende construção de estrada que cruzaria a Amazônia entre o Acre e o Peru.** 20 de junho de 2023. Disponível em: < Justiça suspende construção de estrada que cruzaria a Amazônia entre o Acre e o Peru (climainfo.org.br) >. Acesso em: jan 2024.

DE CASTRO, Therezinha. **Amazônia – Geopolítica do confronto e geoestratégia da integração.** A Defesa Nacional, n. 755, p. 72, 1992.

EB.MIL.BR. **Comandante do Exército acompanha chegada de viaturas que reforçarão defesa da fronteira.** 30 de janeiro de 2024. Disponível em: < O Comandante do Exército acompanha chegada de viaturas que reforçarão defesa da fronteira – Notícias – Exército Brasileiro (eb.mil.br) >. Acesso em: abr 2024.

EB.MIL.BR. **Conheça o Nauru 1000C, novo drone do Exército Brasileiro.** 16 de outubro de 2022. Disponível em: < Conheça o Nauru 1000C, novo drone do Exército Brasileiro (eb.mil.br) > acesso em: abr 2024.

EXÉRCITO DE PORTUGAL. **MC 20-100 – Manual de Tática de Artilharia de Campanha.** Manual do Exército Português.

FORÇAS TERRESTRES. **Avibras testará dois mísseis táticos de cruzeiro na Barreira do Inferno.** 4 de fevereiro de 2019. Disponível em: < https://www.forte.jor.br/2019/02/04/avibras-testara-dois-misseis-taticos-de-cruzeiro-na-barreira-do-inferno/ >. Acesso em: jan 2024.

FORTE. **Os 40 maiores orçamentos militares do mundo.** 2022. Disponível em: < Os-40-maiores-orcamentos-militares-do-mundo.jpg (1200×1950) (forte.jor.br) > Acesso em: abr 2024.

GOV.BR. **Demarcação.** 8 de novembro de 2023. Disponível em: < Demarcação – Fundação Nacional dos Povos Indígenas (www.gov.br) >. Acesso em: jan 2024.

GOV.BR. **Estratégias do Governo para o Setor de Transportes.** 31 de junho de 2018. Disponível em: <MT lança Caderno das Estratégias Governamentais da Política Nacional de Transportes – Ministério dos Transportes (www.gov.br)> . Acesso em: abr 2024.

GOV.BR. **Orçamento de Defesa**. Disponível em: < Orçamento e Finanças – Ministério da Defesa (www.gov.br) > Acesso em: abr 2024.

IBGE. **O Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal**. 7 de outubro de 2023. Disponível em: < Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: abr 2024.

ISTOÉ. **Venezuela entrega à CIJ documentos sobre disputa territorial com Guiana**. 8 de abril de 2024. Disponível em: < Venezuela entrega à CIJ documentos sobre disputa territorial com Guiana. ISTOÉ Independente (istoe.com.br)>. Acesso em: abr 2024.

MORGENTHAU, Hans J. **Política Entre As Nações** – A luta pelo poder e pela paz. Editora Universidade de Brasília, 2003.

O GLOBO. **Apesar de criticar desmatamento, Noruega é dona de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia**. 28 de junho 2017. Disponível em: < Apesar de criticar desmatamento, Noruega é dona de mineradora denunciada por contaminação na Amazônia | Natureza | G1 (globo.com) >. Acesso em: jan 2024.

O GLOBO. **Desembargador de Brasília suspende compra de 98 blindados pelo Exército**. 5 de dezembro de 2022. Disponível em: < Desembargador de Brasília suspende compra de 98 blindados pelo Exército | Política | G1 (globo.com) >. Acesso em: jan 2024

O GLOBO. **Deslocamento de tropas para Roraima**. Janeiro de 2024. Disponível em: < Em meio à crise sobre Essequibo, Itamaraty recebe reunião entre Guiana e Venezuela | Política | G1 (globo.com) >. Acesso em: abr 2024.

O GLOBO. **Especialistas explicam impasses com obras na BR-319 e apontam caminho para preservação ambiental do trecho**. 27 de abril de 2023. Disponível em: < Especialistas explicam impasses com obras na BR-319 e apontam caminho para preservação ambiental do trecho | Rondônia | G1 (globo.com) >. Acesso em: jan 2024.

O GLOBO. **STF suspende por seis meses processo contra a construção da Ferrogrão**. 20 de setembro de 2023. Disponível em: < STF suspende por seis meses processo contra a construção da Ferrogrão | Economia | G1 (globo.com)>. Acesso em: abr 2024.

PODER NAVAL. **Marinha dos EUA pronta para receber a nova versão antinavio do míssil Tomahawk**. 20 de março de 2021. Disponível em: < Marinha dos EUA pronta para receber a nova versão antinavio do míssil Tomahawk – Poder Naval >. Acesso em: jan 2024.

PORTAL DA AMAZÔNIA. **Desabamento de duas pontes na BR-319 afeta transporte em RR e AM e compromete abastecimento**. 9 de outubro de 2022. Disponível em: < Desabamento de duas pontes na BR-319 afeta transporte em RR e AM e compromete abastecimento; entenda | Amazonas | G1 (globo.com)>. Acesso em: ago 2023

THE GUARDIAN. **Os Gastos globais com defesa sobem 9%, atingindo recorde de US\$2,2 trilhões**. Fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/feb/13/global-defence-spending-rises-9-per-cent-to-record-22tn-dollars#:~:text=Global%20defence%20spending%20increased%20by,assessment%20by%20a%20military%20thinktank.>. Acesso em: abr 2024.

THÉRY, Hervé. **Situação da Amazônia no Brasil e no continente**. Revista USP, n.19, p. 53, 2005.

UNICAMP. **Construção de estradas na Amazônia intensifica desmatamento**. 23 de setembro de 2021. Disponível em: < Construção de estradas na Amazônia intensifica desmatamento | Unicamp >. Acesso em: jan 2024.

WARFAREBLOG. **O Exército dos EUA testa míssil balístico**. 17 de janeiro de 2024. Disponível em: <WARFARE Blog: Sistemas de artilharia>. Acesso em: abr 2024.